

# APAGÃO ANALÓGICO E DIGITAL NA TV ABERTA BRASILEIRA E A FALÁCIA DA INTERATIVIDADE

ANALOGIC AND DIGITAL BLACKOUT IN BRAZILIAN OPEN TV  
AND THE FALLACY OF INTERACTIVITY

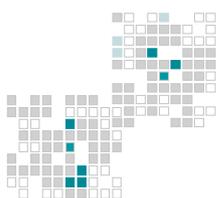
*APAGÓN ANALÓGICO Y DIGITAL EN LA TELEVISIÓN ABIERTA  
BRASILEIRA Y LA FALACIA DE LA INTERACTIVIDAD*

## Patrícia Maurício Carvalho

■ Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), Mestre (2001) e Graduada em Comunicação (1985) pela mesma Universidade. É professora do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio desde 1998 e coordenadora de Jornalismo desde abril de 2016. Publicou o livro *Conflitos na TV digital brasileira* (Editora PUC-Rio/Apicuri, 2012). Atualmente é vice-líder do grupo de pesquisa, do CNPq, Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais. É membro da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (Ulepicc).

■ E-mail: [patriciamauricio@puc-rio.br](mailto:patriciamauricio@puc-rio.br).

60



## RESUMO

O fim da TV aberta brasileira analógica será em 2018, quando toda a transmissão e recepção passarão a ser digitais. Mas o projeto de uma TV que fizesse a inclusão digital do povo enquanto a internet não estivesse disseminada fracassou. Portanto, em termos de benefícios à população, existe também um apagão na TV em seu modo digital. Interesses privados praticamente excluíram a interatividade, instrumento da inclusão digital, do processo. Concluo que a saída é que academia e sociedade centrem esforços na disseminação da internet para a população mais pobre e na regulação das comunicações com base no interesse público.

**PALAVRAS-CHAVE:** TELEVISÃO; TV DIGITAL; MODELO DE NEGÓCIOS; INTERESSE PÚBLICO.

## ABSTRACT

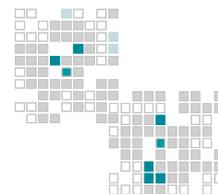
The end of Brazilian open analogical TV will occur in 2018, when all of the transmissions and receptions will be digital. But the project of a TV that could give rise to digital inclusion of the people while the Internet was not disseminated failed. Thus, in terms of benefits for the population, there is also a blackout in TV in its digital mode. Private interests practically excluded the interactivity, an instrument for digital inclusion, from the process. I conclude that the way out is that academics and the society must center focuses on the dissemination of the Internet to the poorest and on the regulation of communications based on the public interest.

**KEYWORDS:** TELEVISION; DIGITAL TV; BUSINESS MODEL; PUBLIC INTEREST.

## RESUMEN

El fin de la emisión analógica de televisión brasilera será en 2018, cuando toda la transmisión y recepción serán digitales. Pero el proyecto de una televisión que hizo la inclusión digital de la población, mientras que el Internet no era generalizado, falló. Así que en términos de beneficios para la población, hay un apagón en la televisión en el modo digital. Intereses privados prácticamente excluyeron la interactividad, que traería la inclusión digital. Se concluye que la salida es que los esfuerzos de enfoque académico y de la sociedad se centren en la difusión de Internet a las personas más pobres y en la regulación de las comunicaciones con base en el interés público.

**PALABRAS CLAVE:** TELEVISIÓN; TV DIGITAL; MODELO DE NEGOCIO; INTERÉS PÚBLICO.



## 1. Introdução

O cronograma de desligamento das transmissões analógicas da televisão aberta brasileira deveria ter começado em 29 de novembro de 2015. A cidade goiana de Rio Verde seria palco do projeto piloto de desligamento. Só quem tivesse um televisor preparado para receber o sinal digital ou um aparelho conversor poderia ver TV a partir dessa data. No entanto, o governo federal adiou este início por 60 dias porque os radiodifusores e as operadoras de telefonia móvel, ambos usuários de espectros de frequências por onde transitam emissões de rádio e TV e banda larga móvel, ainda não haviam chegado a um acordo sobre como fazer o desligamento<sup>1</sup>. Além disso, em dezembro de 2015 apenas 78% dos domicílios da cidade estavam aptos a receber o sinal digital, em vez dos 93% definidos como o mínimo necessário para a operação<sup>2</sup>. De fato, apenas em 15 de fevereiro de 2016 foram desligadas as primeiras três emissoras, ficando as quatro de maior audiência para fazer o chamado *switch off* em 29 de fevereiro<sup>3</sup>.

No restante do Brasil, o desligamento começaria por Brasília em abril de 2016, mas foi adiado para outubro<sup>4</sup>. O apagão analógico estava previsto para ser concluído em todo o País até 2018, quando toda a transmissão e recepção de TV no País estariam digitalizadas, mas

1 GROSSMAN, Luís Osvaldo. “TV digital: teles e tevês adiam costura de acordo por 45 dias”. In: *Convergência Digital*. Disponível em <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=41413&sid=14>, 17/12/2015. Acesso em 17 dez. 2015.

2 Portaria 481/14 do Ministério das Comunicações.

3 CRAIDE, Sabrina. “Começa por Goiás o desligamento da TV analógica”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/comeca-por-goias-o-desligamento-da-tv-analogica>, 15/2/2016. Acesso em 24 fev. 2016.

4 CRAIDE, Sabrina. “Ministério divulga cronograma para desligamento da TV analógica”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/governo-divulga-cronograma-para-desligamento-da-tv-analogica>, 25/1/2016. Acesso em 24 fev. 2016.

em maio deste ano o governo decretou que não há mais prazo final<sup>5</sup>. Não houve, como era a intenção inicial do governo, um planejamento da distribuição de conversores para famílias carentes a tempo de manter os prazos. No cronograma inicial, o desligamento do sinal da TV analógica seria concluído, e não começado, em 2016.

A televisão precisou se digitalizar para concorrer com a internet, os DVDs e Blu-Rays (os dois últimos já a caminho da obsolescência). Tecnologias para tornar possível essa digitalização começaram a ser pesquisadas na década de 1970, e criadas a partir da década de 1990, começando com o padrão americano (ATSC), o japonês (ISDB) e o europeu (DVB). Este artigo tem por objetivo analisar o processo de implantação da mídia digital no Brasil do ponto de vista da economia política da comunicação, observando os embates entre interesse público e interesse privado na questão, e refletir sobre uma saída para o problema em que este tema se transformou no que diz respeito à democratização da comunicação. Além da bibliografia dos pesquisadores da área, como Bolaño e Brittos, a pesquisa constou de entrevistas feitas por mim com participantes diretos do processo de implantação da TV digital aberta – como pesquisadores das tecnologias, representantes do governo, de produtoras de vídeo líderes de mercado, de empresas de telecomunicações e do movimento social envolvido com a questão –, do acompanhamento de palestras de representantes desses setores e das grandes emissoras de televisão e do acompanhamento do tema na grande imprensa e sites especializados.

A questão que se destaca é a quase ausência da interatividade, a qual era peça-chave do plano inicial do governo Lula (2003-2010) para a TV digital brasileira, uma vez que serviria para

5 Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/336060198/decreto-8753-16>. Acesso em 23 set. 2016.

incluir digitalmente a população enquanto a internet não se disseminasse em todo o território nacional. Falava-se de uma interação via TV (com canal de retorno do telespectador para a emissora, que poderia ser por linha telefônica fixa ou móvel, banda larga ou rede elétrica) pela qual poderiam ser marcadas consultas no Sistema Único de Saúde (SUS), feitos a declaração de isento de Imposto de Renda e testes de saúde, além de interações com programas de TV, como a compra de itens mostrados na tela pelo controle remoto, escolha do lugar para assistir ao jogo de futebol e comentários na tela com os amigos durante o jogo.

Como exemplo da ausência deste tipo de interatividade, podemos citar o anúncio feito pela EBC<sup>6</sup>, no “4º Fórum Internacional de Mídias Públicas”, sobre a primeira experiência de interatividade na TV pública aberta, voltada para um público de baixa renda. O anúncio foi feito em 30 de agosto de 2013, quase sete anos depois do início das transmissões da TV digital aberta no Brasil, como uma grande vitória. Desde dezembro do ano anterior, cem domicílios em João Pessoa, na Paraíba, recebiam uma programação com quatro possibilidades de interatividade em serviços, via TV Câmara. Havia o aplicativo de saúde (aleitamento materno, vacinação, e informações sobre o programa de renda mínima Bolsa Família); o do Banco do Brasil (informações em texto sobre planejamento financeiro); um sobre cursos e vagas de emprego; e o de benefícios sociais. A telefônica Oi foi responsável pelo canal de retorno, em 3G. Muito pouco para tanto que já poderia ter sido feito em tanto tempo.

Nas Olimpíadas de 2012 já havia ficado claro o atraso da TV gratuita em relação à TV por assinatura (a qual se digitalizou por conta própria, sem regulação do governo federal). Quem podia pagar por uma assinatura teve direito a

6 Empresa Brasil de Comunicação, estatal que gere a TV Brasil.

quatro canais SporTV (da Globosat, do Grupo Globo), mais um canal para a lista com a programação completa das provas e seus horários, entre outras informações. O assinante poderia trocar de um canal para o outro, decidindo que competição ver, ou ficar no canal mosaico, em que a tela era dividida entre as programações dos quatro canais.

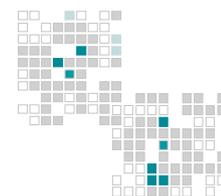
Na TV aberta, porém, a Rede Record (detentora dos direitos de transmissão para a TV aberta nos jogos de 2012) fazia apenas a transmissão em um canal. A interatividade, para os poucos que tinham um aparelho de TV compatível, servia para abrir, na mesma tela em que se via uma competição, o calendário, o quadro de medalhas ou textos de notícias sobre o evento. Mas se prevalecesse o que a tecnologia permite e o que estava previsto no primeiro decreto do governo Lula para a TV digital<sup>7</sup>, a Record poderia ter transmitido também em quatro canais ou mais, e com uma programação ainda mais interativa do que foi a do SporTV. Nas Olimpíadas de 2016, a Globo transmitiu na TV aberta em apenas um canal, intercalando com sua programação normal, e o SporTV teve 16 canais em alta definição na TV paga<sup>8</sup>. O interesse pelo lucro prevaleceu sobre o interesse público na decisão política sobre a TV digital no Brasil.

A batalha por uma TV digital democrática e inclusiva parece já perdida no País, e resta saber se ainda é uma luta relevante a essa altura em que estamos da disseminação da internet de banda larga pelo País<sup>9</sup>.

7 Decreto que institui o Sistema Brasileiro de TV Digital: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4901.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4901.htm). Acesso em 19 mar. 2015.

8 Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/programas/rio-2016/noticia/2016/08/sportv-anuncia-programacao-dos-16-canais-em-hd-para-os-jogos-do-rio.html>. Acesso em 23 set. 2016.

9 De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2014, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, 50% dos lares brasileiros têm internet, e destes, 67% têm banda larga fixa, um percentual ainda pequeno, mas que



## 2. TV digital aberta: do início aos impasses atuais

A TV digital aberta brasileira começou suas transmissões em 2007, pela cidade de São Paulo, seguida de Rio de Janeiro e Belo Horizonte (abril de 2008), sendo ao longo dos anos espalhada pelo País. As transmissões começaram após uma disputa de interesses acirrada por um marco regulatório que acabou nunca sendo criado.

A nova tecnologia, ao digitalizar os sinais de TV, permitiu que maior quantidade de dados pudesse ser enviada pela mesma banda de frequência por onde antes passavam as informações de um canal analógico. Isso trouxe melhor qualidade de imagem e áudio, e também abriu caminho para a possibilidade de mais canais de TV poderem trafegar no lugar de um: poderiam ser quatro canais da mesma emissora com programações diferentes, por exemplo, ou aquela emissora em um canal e três novos detentores de emissoras de TV nos demais. Na Europa, a decisão foi pela multiplicidade de canais, e foi criada a figura do operador de rede, que faz as transmissões para todos os canais, tornando mais barato ter o equivalente a uma emissora – a qual não precisa mais se preocupar em emitir, e sim em produzir o conteúdo e montar a programação. O então presidente da EBC, Nelson Breve, defendeu, durante o “Seminário Políticas de (Tele) Comunicações”, em fevereiro de 2015, que se aproveitasse o processo de desligamento do sinal analógico para repensar o modelo brasileiro e criar um operador de rede para as emissoras públicas e privadas. A sugestão, porém, não agrada a grandes emissoras privadas, que não querem que as pequenas tenham a mesma qualidade de transmissão que elas.

Já a interatividade permite que a emissora envie informações para o aparelho do espectador – como horário e detalhes da programação, resumo do capítulo da novela, textos ou vídeos sobre um tema apresentado no noticiário, etc. Esta é a chamada interatividade local, mas se houver um canal de retorno o telespectador pode enviar informações a partir de sua TV para a emissora, na interatividade plena. Porém, a interatividade plena não tem o apoio dos canais privados, e por isso até hoje não está disponível para os telespectadores como poderia. A grande questão é o modelo de negócios. As emissoras não descobriram como lucrar com a interatividade, e perceberam que, enquanto interagia com um conteúdo extra, o espectador não veria a programação a seguir, especialmente os anúncios. Os anunciantes logo perceberiam, e não pagariam mais tão caro pelos comerciais de TV. Transformar anúncios em *merchandising* (anúncios disfarçados no meio da programação) não era uma opção, uma vez que a programação já está bastante saturada de *merchandising* e poderia haver rejeição por parte do público.

A TV por assinatura se digitalizou bem antes da aberta. A Sky é digital desde 1996, e a Net começou a se digitalizar em novembro de 2004, usando o padrão europeu. O governo permitiu às TVs pagas se digitalizarem da forma que achassem melhor, ao contrário do que aconteceu no Reino Unido, por exemplo, em que TVs aberta e fechada tiveram que seguir o mesmo padrão.

No Brasil, o grupo SET/Abert (Sociedade de Engenharia de Televisão da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV) fez, em 1998, testes para avaliar os sistemas americano, europeu e, a partir de 1999, o japonês. Lobistas dos EUA, Europa e Japão pressionavam o Brasil para que o País adotasse seu padrão, incluindo ameaças dos EUA (governo George W.

Bush) de sobretaxar exportações brasileiras, como aço e laranja, caso o padrão escolhido não fosse o americano.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 2003, o então ministro das Comunicações, Miro Teixeira, propôs o desenvolvimento de uma tecnologia brasileira que seria comparada aos outros padrões. Miro previa a criação de empregos e o desenvolvimento da indústria nacional com um padrão brasileiro de TV digital, além de dizer que poderíamos ser o padrão latino-americano. Neste sentido, em 26 de novembro de 2003 Lula assinou o decreto nº 4.901, que instituiu o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), dando as diretrizes para futuras decisões sobre o novo meio de comunicação. Com isso, os detentores da nova tecnologia mudaram o discurso com o governo brasileiro, falando em *joint ventures* e em investimentos em fábricas caso sua tecnologia fosse a escolhida.

O primeiro objetivo do SBTVD definido no decreto era “promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação”. Entre os outros objetivos estavam a criação de uma rede de educação à distância; estimular a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias brasileiras e da indústria nacional relacionadas à tecnologia da informação e comunicação; garantir a adesão gradual de usuários a custos compatíveis com sua renda; e incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais.

Isso significava não depender de tecnologia do exterior, não ter que pagar *royalties* nem importar equipamentos, além de gerar empregos no País. O decreto também demonstrava a intenção de democratizar a comunicação e atender aos interesses do público, fazendo a inclusão digital através da televisão, uma vez

que o acesso à internet ainda era bastante reduzido no Brasil à época<sup>10</sup>. O texto cita como outro objetivo “estimular o ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor e possibilitando o desenvolvimento de inúmeros serviços decorrentes da tecnologia digital, conforme legislação específica”. Com as mudanças internas no governo, nem entraram novas empresas – através da multiplicidade de canais – nem foi criada uma legislação específica.

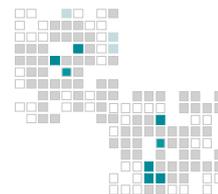
A multiplicidade de canais preocupava as emissoras privadas da TV chamada de gratuita. O bolo publicitário da TV aberta, ou seja, tudo o que os anunciantes investem em publicidade nas emissoras, seria dividido com mais concorrentes. Emissoras comerciais esqueceram suas diferenças e lutaram juntas contra esta proposta inicial de Lula.

E em julho de 2005 a posse do então senador pelo PMDB-MG Hélio Costa (ex-funcionário da Rede Globo) no cargo de ministro das Comunicações mudou tudo. Costa entrou para o governo logo após o escândalo do mensalão, que veio a público a partir de maio daquele ano, ganhando força em junho. Tratou-se de um esquema de mesadas pagas pelo partido do governo (PT) a parlamentares da base aliada. O escândalo ocupava boa parte do tempo e espaço dos meios de comunicação.

O presidente Lula, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, negou ter conhecimento do esquema. A grande imprensa, especialmente as emissoras de TV, possivelmente poderiam ter conseguido até um processo de *impeachment* do presidente caso centrassem esforços em duvidar da inocência dele e divulgar entrevistas de pessoas que o

---

10 Mesmo cinco anos depois, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 2008 mostrava que o número de domicílios com internet representava apenas 23,8% do total, enquanto a televisão estava em 95,1% das residências.



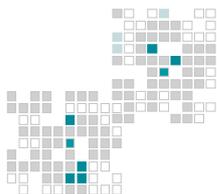
acusassem. A entrada de Hélio Costa no Ministério das Comunicações e a consequente guinada da política do governo para a TV digital – para uma que atendia aos interesses das emissoras – levantou suspeitas no movimento popular, na academia e entre empresas como as de telefonia e fabricantes de aparelhos celulares de que houve uma troca de favores: as emissoras indicariam um ministro que atenderia aos seus interesses na questão da TV digital e elas e outros meios de comunicação ligados a elas não acusariam o presidente da República pelo mensalão.

Entre as tecnologias estudadas por pesquisadores brasileiros para a TV digital estava o Ginga, *middleware* (camada intermediária de *software*) para a interatividade, a novidade criada no Brasil incorporada ao modelo que viria a ser escolhido para a TV digital no País. O Ginga foi, desde o início, um sistema aberto, oferecendo aos brasileiros um modelo unificado para interagir com a televisão (sem que fosse preciso aprender os comandos novamente no caso de troca de televisor por outra marca), de fácil usabilidade e permitindo a qualquer pessoa criar conteúdo interativo sem a necessidade de pagar *royalties*. Os fabricantes de equipamentos desde o início não simpatizaram com o Ginga.

Enquanto os pesquisadores brasileiros se esforçavam na fase final das pesquisas, o ministro dava uma entrevista à imprensa dizendo que o modelo japonês já estava escolhido, os deixando perplexos. As emissoras conseguiram seu intento com o decreto 5.820 de 29 de junho de 2006, que criava o chamado padrão nipo-brasileiro. Quando o CPqD, que consolidou as pesquisas brasileiras, entregou seu relatório em fevereiro daquele ano (relatório que deveria ser a base da decisão do governo, de acordo com o decreto anterior) considerando o modelo japonês o mais caro, Costa não o divulgou.

No novo decreto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, conjunto de padrões tecnológicos a serem adotados para transmissão e recepção de sinais digitais terrestres de radiodifusão de sons e imagens, adotasse, como base, o padrão de sinais do IS-DB-T (o padrão japonês) incorporando as inovações tecnológicas aprovadas pelo Comitê de Desenvolvimento. De acordo com o decreto, o sistema possibilitaria a transmissão digital em alta definição (HDTV) e em definição padrão (SDTV); transmissão digital simultânea para recepção fixa, móvel e portátil; e interatividade. A multiprogramação não é citada. A TV Cultura, fundação ligada ao governo do estado de São Paulo, teve que enfrentar uma verdadeira batalha com o Ministério das Comunicações, finalmente mediada pelo presidente Lula em 2009, para conseguir transmitir um segundo canal dentro da sua banda de frequência, o Univesp TV, usado para auxiliar na especialização de professores de universidades paulistas. O canal chegou a ser retirado do ar pela Anatel, a pedido de Hélio Costa.

Foi definido pelo decreto que o Ministério das Comunicações deveria consignar pelo menos quatro canais digitais com 6 MHz cada para a exploração direta pela União Federal. Seriam os canais do Poder Executivo, para transmissão de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Executivo; Canal da Educação, para transmissão destinada ao desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino à distância de alunos e capacitação de professores; Canal de Cultura, para transmissão destinada a produções culturais e regionais; e Canal de Cidadania, para programações das comunidades locais, bem como para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal. O Canal de Cidadania, de acordo com o decreto,



também poderia oferecer aplicações de serviços públicos de governo eletrônico no âmbito federal, estadual e municipal.

Até abril de 2016 apenas a prefeitura de Uberlândia comemorava a assinatura de uma portaria que a autorizava a operar o Canal da Cidadania na TV digital (em maio foi a vez da Associação Filhos do Mundo conseguir uma concessão em Salvador<sup>11</sup>). E demorou até fevereiro de 2016 para que o Ministério da Educação baixasse uma portaria regulamentando o Canal da Educação e a TV Escola. Em março, usando multiprogramação a partir do Canal Brasil, três canais do Executivo passaram a ser transmitidos em São Paulo: NBR, TV Escola e Canal Saúde. E a morosidade não está apenas aí: o primeiro televisor com o *middleware* de interatividade Ginga embarcado foi lançado no Brasil somente em 2010 pela LG. Mas a TV aberta praticamente não oferecia conteúdo para interação. Apenas em fevereiro de 2012 o governo da presidente Dilma Rousseff baixou uma portaria determinando que a partir de 2013 75% dos televisores fabricados no Brasil teriam que ter Ginga, e 90% a partir de 2014 – cronograma que já poderia ter sido incluído no segundo decreto de Lula, fazendo com que os televisores interativos chegassem mais rapidamente ao mercado. Empresas criadas por desenvolvedores para criar aplicativos para o Ginga passaram a atuar em outras áreas ao perceber a falta de mercado.

Em agosto de 2011 a revista Tela Viva informava que as razões que levaram à baixa adesão à TV digital interativa eram motivo para discussões no congresso da SET: “A indústria fabricante diz que não há conteúdo que justifique o investimento em um televisor mais caro; a radiodifusão diz que falta escala para lançar

conteúdo relevante”. Sobre a interatividade, a reportagem dizia que “um dos principais argumentos para vender o padrão nipo-brasileiro de TV digital a outros Países da América Latina e da África até hoje não virou realidade no Brasil. E há quem diga que jamais se tornará”.

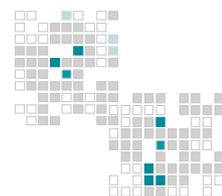
Em 2012, a Rede Bandeirantes demonstrava sua disposição para pensar mais em multiplataforma do que em melhorar a TV aberta, conforme entrevista do diretor de Projetos Digitais da emissora, Edson Kikushi à revista Tela Viva:

*Segundo o executivo, explorar todas as plataformas é estratégico para o grupo. “A audiência da TV aberta tem caído consistentemente. O modelo ‘simplista’ da radiodifusão continuará existindo. A questão é que a distribuição tem que passar a ser multiplataforma”, diz o diretor de projetos digitais da Bandeirantes. “Não podemos mais pensar na TV aberta apenas como uma distribuição linear. A produção de conteúdo deve ser pensada para todas as telas”, completa<sup>12</sup>.*

Em dezembro de 2014, para fazer a transição da TV analógica para a digital, foi criado o Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired). Fazem parte do Gired representantes da Anatel, das emissoras de TV e das operadoras de telecomunicações. As empresas de telecomunicações que participaram do leilão de frequências do espaço de frequência que hoje é usado pela TV analógica vão passar a usá-lo para o 4G (banda larga móvel de alta velocidade) e, em contrapartida, além de pagar pelo espaço, elas também vão comprar aparelhos conversores para famílias de baixa renda.

11 Disponível em: <http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/institucionais/40107-associacao-ganha-1-autorizacao-para-canal-da-cidadania>. Acesso em 23 set. 2016.

12 Disponível em: <http://convergecom.com.br/telaviva/pay-tv/16/03/2012/grupo-bandeirantes-aumentara-sua-presenca-em-midias-digitais/>. Acesso em 23 set. 2016.



Nas primeiras reuniões para decidir o processo, alguns representantes das teles tinham dificuldade de entender por que representantes das emissoras preferiam que fossem comprados conversores mais baratos, que não fazem a interatividade plena<sup>13 14</sup>.

O Gired é presidido pelo conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone, e tem suas decisões executadas pela Entidade Administradora da Digitalização (EAD). Entre as atribuições da EAD estão o funcionamento das centrais de atendimento que darão suporte e esclarecimentos à população sobre os equipamentos e a campanha publicitária informando sobre o desligamento. A revista Teletime trouxe em fevereiro de 2015 uma entrevista com o presidente do Gired: “Na visão do conselheiro, **existe a oportunidade** de incluir nas especificações do receptor que será usado a previsão de serviços de governo eletrônico e aplicações interativas”<sup>15</sup> (grifo meu). É significativo que, às portas da implantação total da TV digital no País, o principal responsável administrativo por essa implantação ainda fale da interatividade plena apenas como uma possibilidade. Ou seja, em breve viveremos o apagão analógico, mas, em termos de benefícios à população através de uma TV interativa e inclusiva, será também um apagão digital.

13 Entrevistas feitas por mim com fontes das operadoras de telecom em janeiro de 2015.

14 GROSSMAN, Luís Osvaldo. “TV digital: Teles e radiodifusores passam por teste decisivo de convivência”. *Convergência Digital*, 13 fev. 2015. Disponível em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=38966&sid=8#.VN4d-fnF-VM>. Acesso em 13 fev. 2015.

15 POSSELBON, Samuel. “Para Zerbone, critérios para aferir cobertura da TV digital são o grande desafio do GIRED”. Disponível em: <http://www.teletime.com.br/10/02/2015/para-zerbone-criterios-para-aferir-cobertura-da-tv-digital-sao-o-grande-desafio-do-gired/tt/404143/news.aspx,10/02/2015>. Acesso em 11 fev.2015.

## 2.1 A TV Globo e as informações sobre interatividade

No segundo semestre de 2014, a página da TV Globo sobre TV digital<sup>16</sup> falava sobre a alta definição e a mobilidade, mas praticamente nada sobre interatividade. Na página havia, por exemplo, uma reportagem do *Jornal Nacional* publicada em forma de texto pelo site de notícias G1, também das Organizações Globo. A matéria destaca o preço do aparelho mais em conta – sem explicar que não permite interatividade – e a qualidade da imagem. Na mesma página, uma reportagem em vídeo mostra duas moças representando a Rede Globo distribuindo panfletos sobre como instalar a TV digital. As moças informavam aos frequentadores de um bar sobre as vantagens da TV digital, mas novamente são destacadas a qualidade da imagem e a mobilidade, e nada se fala sobre interatividade<sup>17</sup>. Ainda na mesma página, no link para o tutorial “Ana Maria e Louro José dão receita para ver a Globo em alta definição”, há uma descrição das vantagens da TV digital seguindo a mesma linha, sem citar a interatividade<sup>18</sup>. O tema, porém, é mencionado no item “Perguntas frequentes”, dentro da aba “Dúvidas”, mas sem maiores explicações sobre como funciona e como o telespectador poderia se beneficiar dela<sup>19</sup>. E na pergunta “quais são as vantagens da TV Digital?”, ao final da resposta existe a frase “A interatividade é outro aspecto inovador da TV Digital”. Na per-

16 Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/tv-digital/>.

17 “Público dá opinião e tira dúvidas sobre a tecnologia”. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/cidade-de-go-gera-primeira-do-pais-ter- apenas-transmissao-de-tv-digital.html>. Acesso em 11 fev.2015.

18 Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/tv-digital/noticia/2014/07/estrelas-da-globo-ensinam-instalar-tv-digital-em-menos-de-um-minuto.html>. Acesso em 15 dez.2014.

19 Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/tv-digital/noticia/2014/11/duvida-quais-especificidades-do-sistema-brasileiro-de-tv-digital-terrestre-sbtvd-t.html,07/11/2014>. Acesso em 15 dez. 2014.

gunta “O que é multiprogramação?”, a resposta é curta: “Multiprogramação é a possibilidade de assistir programas diferentes em um único canal de TV (6 MHz)”. Não há menção à possibilidade de múltiplas emissoras dentro de uma única banda de 6 MHz. Para a interatividade e a multiprogramação não há tutoriais nem reportagens destacando as vantagens. A última das 40 perguntas frequentes é “Como funciona a interatividade?”.

*Quando implementada, você vai poder enriquecer o programa com informações adicionais, como por exemplo, ver uma câmara atrás do gol onde seu time está atacando, ver os dados de um filme que você está assistindo, participar de um jogo ou comprar um produto que aparece na tela e lhe interessa. Serão muitas opções<sup>20</sup>.*

No jornal O Globo a omissão em relação ao que a interatividade via TV digital pode trazer de bom ao telespectador também é uma constante. Uma nota na coluna sobre televisão do Segundo Caderno do jornal tinha como título “‘SuperStar’ estreia abrindo os caminhos da TV participativa”<sup>21</sup> e tratava de um programa de TV que faz interatividade com um aplicativo para *smartphone* – quando esses caminhos para a participação poderiam estar abertos há muito tempo através da própria TV, via Ginga. Abaixo, trecho da nota na qual a jornalista responsável pela coluna coloca a interatividade com o telespectador como necessidade e a destaca como modernidade:

20 Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/tv-digital/noticia/2014/11/duvida-como-funciona-interatividade.html>. Acesso em 15 dez. 2014.

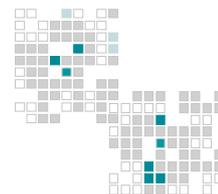
21 KOGUT, Patricia. “‘SuperStar’ estreia abrindo os caminhos da TV participativa”, 08 abr. 2014. Disponível em: <http://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/critica/noticia/2014/04/superstar-estremia-abrindo-os-caminhos-da-tv-participativa.html>. Acesso em 15 dez. 2014.

*A estreia de “Superstar”, anteontem na Globo, fez pensar naquela ideia de que as necessidades utilitárias de algo, quando bem atendidas, enfraquecem qualquer crítica à sua estética. Mesmo assim, é preciso dizer: o cenário feérico do programa é de gosto duvidoso. Porém, por outro lado, em sintonia finíssima com as necessidades da interatividade, um valor do reality.*

*Feita essa ressalva, vamos ao que mais interessa. Num momento em que a TV avança no terreno da participação do público, “Superstar” é um formato que já chega moderno, provocando uma reflexão sobre os rumos dessa mídia. Explicando melhor: o concurso de calouros de alto nível musical é movido exclusivamente pelos votos do júri — Ivete Sangalo, Fábio Jr e Dinho Ouro Preto — e, mais importante, de quem está em casa. Esses espectadores, depois de baixarem um aplicativo gratuito, se registram como jurados. Em seguida, aguardam o início da apresentação do candidato e votam. Quem faz o login via redes sociais pode ter a foto exibida na grande tela no palco. Com isso, sua presença é dupla: através do voto e da aparição “concreta” no cenário, estampada na sua foto. (grifos meus).*

Tanto as emissoras de TV quanto outros veículos ligados a ela omitem do cidadão que existe a possibilidade técnica de interagir diretamente com a televisão. Em extensa reportagem<sup>22</sup> sobre o apagão analógico em 7 de abril de 2015, o Jornal Nacional da TV Globo (noticiário de maior audiência da TV brasileira) explicou como receber o sinal digital, informou que os beneficiários do programa social Bolsa Família receberiam conversores e antenas gra-

22 A reportagem teve 3’40”, bastante longa para o padrão do Jornal Nacional.



tuitamente e enfatizou as melhorias na imagem e som da TV. Em nenhum momento foi dito algo sobre a interatividade.

### 3. Considerações finais

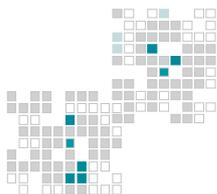
As emissoras sabem que sua grande concorrente é a internet. Não é a toa que grandes emissoras já investem nessa área há algum tempo, com portais de notícias e entretenimento. A questão é que, enquanto investem em outras telas para lucrar com as novas possibilidades tecnológicas e investir no futuro, procuram manter o antigo mercado o mais parecido possível com o que sempre foi pelo maior tempo possível, já que não encontraram modelo de negócios que as fizessem manter o mesmo lucro se usassem todo o potencial da TV digital. Porém, o cenário mudou desde a época dos decretos de 2003 e 2006. O tempo que foi perdido em termos de inclusão digital via TV ao longo desses anos, embora a se lamentar, já foi perdido.

A possibilidade de democratização das comunicações, com multiplicidade de “canais” de TV, esbarrou na recusa das emissoras em dividir o bolo publicitário; e a interatividade esbarrou no apego das emissoras ao seu antigo modelo de negócios. O governo federal se absteve de criar um marco regulatório que garantisse a divisão do espectro de frequências ou mesmo que as atuais emissoras abertas passassem a transmitir mais de uma programação; que garantisse a implantação da interatividade plena pelas emissoras; e que já de início conversores e televisores digitais saíssem de fábrica com o Ginga, *middleware* brasileiro para a interatividade. Além disso, emissoras e outros veículos de comunicação das mesmas organizações empresariais que elas deliberadamente omitem da população a possibilidade de interatividade

plena. Lembrando Boaventura Santos (2007) em sua proposta de uma sociologia das ausências, a interatividade plena na TV aberta é ativamente produzida como não existente em nossa realidade.

Não houve uma política pública que fosse a resposta para questões como em que a TV digital pode ser mais útil ao povo brasileiro e quais regras as emissoras e fabricantes de televisores e conversores deveriam seguir para que estes serviços chegassem à população. A TV Globo e outras emissoras usaram de métodos antidemocráticos para garantir seu mercado e o seu lucro, sem preocupação maior com o interesse público. Elas estão também na internet, mas isso de forma alguma garante que a Globo vá dominar o mercado no Brasil, já atravessado por gigantes como a Google e América Móvil (do bilionário Carlos Slim, que controla Claro e Net), e manter a posição que tem enquanto a TV ainda é o meio dominante no País. Dentro do sistema capitalista em que vivemos, as emissoras consideram seu direito natural buscar o máximo possível de lucro e a hegemonia em seus mercados. Por isso é importante a existência de um governo e de um Congresso que regulem os diversos direitos naturais, arbitrem as disputas, pensando no bem-estar da população em primeiro lugar.

Nesse sentido, acredito que a luta da academia e da sociedade civil organizada por uma internet democrática, com banda larga de qualidade disponível para a população mais pobre e que dê espaço para empresas e produtores de conteúdo do Brasil, assim como a regulação da internet e das comunicações em geral com base no interesse público, serão, daqui para frente, uma luta mais eficaz e necessária que chorar pelo leite derramado da ex-futura TV digital interativa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTOS, Valério C. *TV digital, economia política e democracia*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2010.

BOLAÑO, César R.; BRITTOS, Valério C. *A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes*. São Paulo, Paulus, 2007.

BOLAÑO, César R.; BRITTOS, Valério C. (Orgs.) *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. *Decreto que institui o Sistema Brasileiro de TV Digital*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4901.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4901.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2016.

BRASIL. *Decreto de implantação da TV digital*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2016.

BRASIL. *Decreto que altera o anterior sobre a implantação da TV digital*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8061.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8061.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2016.

BRASIL. *Portaria do Ministério das Comunicações para o desligamento da TV analógica*. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/07/2014&jornal=1&pagina=64&totalArquivos=88>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

Recebido: 28/05/2016

Aceito: 01/06/2016

